

RECURSO ESPECIAL Nº 1.816.284 - PR (2019/0152302-8)

RELATOR : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**
RECORRENTE : ASSOCIAÇÃO EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA
ADVOGADOS : MARCO ANTONIO GONCALVES VALLE E OUTRO(S) -
PR016879
RAQUEL GASPAR VALLE - PR090515
RECORRIDO : JOSE KORKI
ADVOGADO : DAYANE ALVES DO COUTO E OUTRO(S) - PR065797

EMENTA

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. **RECURSO ESPECIAL**
MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. PLANO DE SAÚDE.
DANO MORAL CARACTERIZADO. JUROS DE MORA.
CORREÇÃO MONETÁRIA. TAXA SELIC. PRECEDENTES.
RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

JOSÉ KORKI (BENEFICIÁRIO) ajuizou ação de reparação de danos morais e materiais contra SOCIEDADE EVANGÉLICA BENEFICENTE DE LONDRINA (OPERADORA), alegando que em 01/02/1993 firmou com a ré contrato de assistência médica hospitalar, qualificado como "superior", sempre com pagamento pontuais das mensalidades. Durante o mês de setembro de 2016 necessitou se submeter à intervenção cirúrgica para procedimento cardiovascular, denominado Coronariana Percutânea com Angioplastia e Implante de Stent Farmacológico em Coronária Direita Guiado por Ultra Som Infra Coronário e que embora a demandada tenha custeado grande parte das despesas hospitalares, se negou arcar com o Stent 4,0x24, além de outros materiais, como: agulha de punção, bomba insufladora, Caterter Balão Apex 4,0x15, Caterter Balão NC Quantum 3,5x15, Cateter Balão NC Quantum 4,5x15, Cateter Guia JR4 7F, Cateter Ultrasson, Conector Y, Extensor de Alta Pressão, Extensor de Baixa Pressão, Guia 0,014 Supersoft, Guia J 0,035, Introdutor 7F, Manifold e Transdutor de Pressão; pelo que busca o ressarcimento do valores desembolsados e a reparação por danos morais.

A sentença julgou parcialmente procedentes os pedidos para condenar a ré a indenizar o autor pelos danos materiais experimentados no valor de R\$ 14.500,00 (quatorze mil e quinhentos reais), atualizados e acrescidos de juros de mora, nos termos da fundamentação, rejeitando-se a pretensão de indenização por dano moral (e-STJ, fls. 97/100).

Dessa decisão as partes apelaram.

O Tribunal de Justiça do Paraná negou provimento aos recursos, nos

termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER. PLANO DE SAÚDE. CUSTEIO DE TRATAMENTO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. APELAÇÃO (1). ALEGAÇÃO DE NULIDADE DA SENTENÇA POR CERCEAMENTO DE DEFESA. INOCORRÊNCIA. PRESCINDIBILIDADE DE PROVA ORAL. DOCUMENTAÇÃO APRESENTADA SUFICIENTE AO JULGAMENTO DA LIDE. TESE AFASTADA. DANO MORAL. INOCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE EFETIVA OFENSA A DIREITOS DA PERSONALIDADE. MERO DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL. COBRANÇA DOS EQUIPAMENTOS UTILIZADOS PARA O PROCEDIMENTO CIRÚRGICO EFETUADA EM MOMENTO POSTERIOR AO TRATAMENTO. INDENIZAÇÃO INDEVIDA. SENTENÇA MANTIDA. APELAÇÃO (2). NEGATIVA DE COBERTURA DO TRATAMENTO. ANGINOPLASTIA TRANSLUMINAL TRANSOPERATÓRIA COM COLOCAÇÃO DE STENT. ALEGAÇÃO DE INAPLICABILIDADE DA LEI Nº 9.656/98. CONTRATO ANTERIOR. PREVISÃO DE ADEQUAÇÃO DE PLANO NA CITADA LEI. ART. 35. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE QUE A OPÇÃO FOI OPORTUNIZADA AO CONSUMIDOR. APLICAÇÃO MAIS FAVORÁVEL. NEGATIVA ABUSIVA. SENTENÇA MANTIDA. RECURSOS (1) E (2) NÃO PROVIDOS (e-STJ, fls. 203/204).

Os embargos de declaração opostos pela OPERADORA foram rejeitados (e-STJ, fls. 259/267).

Inconformada, a OPERADORA interpôs recurso especial, com base no art. 105, III, c, da CF, apontando violação do art. 406 do CC/02, por entender que a taxa selic deve ser aplicada a título de correção monetária e juros de mora nos casos de condenação por dano moral, por ser o indexador de referência do judiciário.

As contrarrazões foram apresentadas (e-STJ, fls. 357/363).

O apelo nobre foi admitido pelo TJPR (e-STJ, fls. 368/369).

É o relatório.

DECIDO.

De plano, vale pontuar que o presente recurso foi interposto contra decisão publicada na vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016:

Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão

exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A OPERADORA, apontando divergência jurisprudencial com julgados deste STJ, sustentou a violação do art. 406 do CC/02, por entender que o valor da condenação deveria ser atualizado somente pela taxa selic a partir da citação.

O TJPR consignou que a atualização deveria ser feita pelo INPC/IGP-DI, com incidência de juros de mora de 1% ao mês, a partir da citação (e-STJ, fl. 266).

Tem-se, portanto, que o acórdão recorrido se encontra em dissonância com a jurisprudência desta Corte que já consolidou o entendimento de que os juros moratórios a que se refere o art. 406 do CC/02, é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Neste sentido, confirmam-se os seguintes precedentes:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS. FOTOGRAFIA DE MENOR DIVULGADA EM MATÉRIA POLICIAL. SÚMULA 7/STJ. ARBITRAMENTO DO DANO MORAL. JUROS DE MORA. CORREÇÃO MONETÁRIA. TAXA SELIC.

1. Ação de compensação por danos morais ajuizada em 28/07/2006. Recurso especial interposto em 10/05/2013. Aplicação do CPC/73.

2. Causa de pedir originária consistente na divulgação da imagem de menor, sem autorização dos pais, em matéria de jornal referente ao assassinato de um comerciante, a gerar compensação por danos morais.

3. O propósito recursal consiste em: i) reduzir o valor da compensação por danos morais; ii) definir a taxa de juros moratórios a incidir sobre a condenação e ii) modificar o arbitramento dos honorários advocatícios de sucumbência.

4. A revisão do valor da compensação por danos morais e da fixação dos honorários advocatícios demanda a reanálise do conjunto fático-probatório dos autos, circunstância vedada a esta Corte pelo óbice da Súmula 7/STJ. Tão somente em hipóteses excepcionais, quando os valores arbitrados na origem forem irrisórios ou exorbitantes, o STJ passa à análise do mérito para restabelecer a razoabilidade e proporcionalidade no particular.

5. A taxa dos juros moratórios a que se refere o art. 406 do CC/2002 é a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, por ser ela a que incide como juros moratórios dos tributos federais. Precedente da Corte Especial.

6. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1.658.079/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI,

Terceira Turma, DJe 13/3/2018 - sem destaque no original)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. POSSIBILIDADE. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. INDENIZAÇÃO. JUROS DE MORA. TERMO INICIAL. RESPONSABILIDADE CONTRATUAL. CITAÇÃO. TAXA SELIC. REVISÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ.

1. A comprovação da tempestividade do agravo em recurso especial em decorrência de suspensão de expediente forense no Tribunal de origem pode ser feita posteriormente, em agravo regimental, desde que por meio de documento idôneo capaz de evidenciar a prorrogação do prazo do recurso cujo conhecimento pelo STJ é pretendido.

2. Afasta-se a alegada violação do art. 535 do CPC quando o acórdão recorrido, integrado pelo julgado proferido nos embargos de declaração, dirime, de forma expressa, congruente e motivada, as questões suscitadas nas razões recursais.

3. No caso de responsabilidade contratual, os juros moratórios incidem a partir da data da citação.

4. "Não se conhece do recurso especial pela divergência, quando a orientação do Tribunal se firmou no mesmo sentido da decisão recorrida" (Súmula n. 83/STJ).

5. Nas condenações posteriores à entrada em vigor do Código Civil de 2002, deve-se aplicar a taxa SELIC, que é composta de juros moratórios e de correção monetária.

6. Agravo regimental parcialmente provido.

(AgRg no AREsp 776.698/SP, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, j. 1/3/2016, DJe 8/3/2016 – sem destaque no original)

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO CONFIGURADA. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANO MORAL. INDENIZAÇÃO. CORREÇÃO MONETÁRIA. SÚMULA N. 362/STJ. JUROS DE MORA. SÚMULA N. 54/STJ. TAXA SELIC.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade, contradição, omissão ou erro material, consoante dispõe o art. 535, I e II, do CPC.

2. O termo inicial da correção monetária incidente sobre a indenização por danos morais é a data do seu arbitramento, consoante dispõe a Súmula n. 362/STJ: "A correção monetária do valor da indenização do dano moral incide desde a data do

arbitramento".

3. Os juros moratórios, em se tratando de responsabilidade extracontratual, incidem desde a data do evento danoso, na forma da Súmula n. 54/STJ: "Os juros moratórios fluem a partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual".

4. As condenações posteriores à entrada em vigor do Código Civil de 2002 devem observar a aplicação da Taxa Selic, que é composta de juros moratórios e correção monetária.

5. Embargos de declaração parcialmente acolhidos, sem efeitos modificativos, para sanar a omissão nos moldes acima delineados, mantendo incólume o acórdão embargado (e-STJ fls. 306/310).

(EDcl no AgRg no AREsp 109.928/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, j. em 21/3/2013, DJe 1/4/2013)

Considerando a aplicação da taxa selic nos estritos termos do requerimento formulado no recurso especial e também o fato de que ela já engloba correção monetária e juros, merece acolhida a pretensão recursal de exclusão da correção monetária.

Nessas condições, com fundamento no art. 1.042, § 5º, do NCPC c/c o art. 253 do RISTJ (com a nova redação que lhe foi dada pela emenda nº 22 de 16/3/2016, DJe 18/3/2016), **DOU PROVIMENTO** ao recurso especial para determinar que seja adotada tão somente a taxa selic como índice para a atualização da dívida desde a citação.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 18 de março de 2020.

Ministro MOURA RIBEIRO

Relator